

## **Teologia e relações familiares na contemporaneidade: uma abordagem Antropológica-Pastoral**

*Theology and family relationships in contemporary times:  
an Anthropological-Pastoral approach*

RAFAEL CERQUEIRA FORNASIER<sup>1</sup>

**Resumo:** As questões de gênero estão hoje presentes nas reflexões teológicas. Para que estas possam abordá-las com propriedade, o presente artigo busca oferecer, por meio de uma revisão de bibliografia, um estudo fundamentado nas pesquisas sobre relações familiares do sociólogo Pierpaolo Donati e do filósofo Francesco Botturi, através das quais propõe, em primeiro lugar, situar as perspectivas de gênero no contexto sociocultural, para, em seguida, elaborar uma análise sociológica e antropológica das teses dos estudos de gênero. Por conseguinte, avalia-se o modo de enfrentamento dos estereótipos em relação a uma abordagem feminista da família, procurando colher o que há de pertinente para a percepção adequada da relação homem-mulher e sinalizando algumas dificuldades hermenêuticas. Por fim, salienta-se o que, na fundamentação teórica e na implementação das perspectivas de gênero, incluindo no campo da educação, aparenta ser paradoxal, apontando para a necessidade de os estudos continuarem uma reflexão serena que articule melhor a interação entre sexo e gênero.

**Palavras-chave:** relações familiares, gênero, antropologia, pastoral, ciências humanas e sociais.

**Abstract:** Gender issues are now present in theological reflections. In order to be able to approach them properly, this article seeks to offer, through a literature review, a study based on the research on family relations of the sociologist Pierpaolo Donati and the philosopher Francesco Botturi,

---

1 Doutor em Teologia com Especialização em Ciências do matrimônio e da família. Universidade Católica do Salvador-BA.

through which he proposes, first of all, place the perspective of gender in the sociocultural context, and then to elaborate a sociological and anthropological analysis of the thesis of gender studies. Afterwards, the way in which stereotypes are confronted in relation to a feminist approach to the family is sought, trying to gather what is pertinent to the proper perception of the male-female relationship and signaling some hermeneutical difficulties. Finally, the theoretical basis and implementation of gender perspectives, including in the field of education, appears to be paradoxical, pointing to the need for the studies to continue a serene reflection that better articulates the interaction between sex and gender.

**Keywords:** family, gender, anthropology, pastoral, human and social sciences.

## Introdução

Na atualidade, a Teologia é constantemente interpelada a tematizar novamente as relações familiares. No contexto destas últimas, o objetivo deste artigo é aprofundar o tema das relações de gênero em perspectiva antropológica contribuindo para possíveis discernimentos no campo da ação pastoral. Assim fazendo, reflete-se, em diálogo com as ciências humanas e sociais, sobre as atuais dinâmicas das relações familiares na teoria e na práxis da Igreja católica. Isso permite perceber que o objeto escolhido se situa na relação entre natureza e cultura no que concerne às relações familiares contemporâneas. Permite ainda levar em conta as transformações e manutenções dos vínculos nas relações familiares marcadas pelas mudanças culturais hodiernas, e aprofundar o tema do discernimento no contexto do acompanhamento das relações familiares na ação pastoral.

Na *Amoris laetitia* (n. 56), o Papa Francisco faz a seguinte ponderação sobre as questões de gênero que concernem a família na atualidade:

*Outro desafio surge de várias formas duma ideologia genericamente chamada gender; que “nega a diferença e a reciprocidade natural de homem e mulher. Prevê uma sociedade sem diferenças de sexo, e esvazia a base antropológica da família. Esta ideologia leva a projetos educativos e diretrizes legislativas que promovem uma identidade pessoal e uma intimidade afetiva radicalmente desvinculadas da diversidade biológica entre homem e mulher. A identidade humana é determinada por uma opção individualista, que também muda com o tempo”. Preocupa o facto de algumas ideologias deste tipo, que pretendem dar resposta a*

*certas aspirações por vezes compreensíveis, procurarem impor-se como pensamento único que determina até mesmo a educação das crianças. É preciso não esquecer que “sexo biológico (sex) e função sociocultural do sexo (gender) podem-se distinguir, mas não separar”.*

Para alcançar o seu objeto, este artigo se funda nas contribuições oriundas da Sociologia e da Antropologia filosófica em diálogo, apoiando-se em pesquisas sobre a temática das relações familiares realizadas por meio da Sociologia Relacional do sociólogo italiano Pierpaolo Donati e das reflexões do filósofo italiano Francesco Botturi, que permitem a que certas asserções de P. Donati, frequentemente expressões de uma identidade antropológica emanadas da abordagem da família, sejam integradas levando em conta uma antropologia filosófica, na qual a identidade generativa relacional do ser humano surge de modo paradigmático e primário nas relações familiares.

Tendo como referencial teórico-conceitual tais pesquisas sociológicas e antropológicas relativas à família, procuraremos suscitar alguns questionamentos a respeito da leitura que se tende a realizar hoje sobre a família e a expressão da sexualidade humana no que se refere aos intitulados *gender studies*, devido à sua grande incidência conceitual e contenutística nos campos das ciências humanas e sociais. Pretende-se, assim, oferecer uma contribuição para o estudo do caso “gender” na contemporaneidade da reflexão teológica e antropológica (MOSER, 2016), haja vista que, como recordado pela Congregação para a Educação Católica (2019), ao se debruçar sobre a questão do *gender*, a sexualidade humana faz parte do desenvolvimento humano e de seu processo educativo. Faremos isso situando, em primeiro lugar, os estudos de gênero ou perspectiva de gênero no contexto político e cultura da atualidade. Em seguida, proporemos uma leitura das questões de gênero a partir da sociologia de P. Donati e da filosofia de F. Botturi. Nesta mesma linha, avaliaremos as contribuições e os limites de uma abordagem feminista da família e sublinharemos algumas características do pensamento elaborado e implementado pelas perspectivas de gêneros em seus paradoxos e suas possibilidades.

## **1. *Gender studies* no contexto político e cultural**

Nas últimas décadas, vem ganhando notoriedade uma terminologia cunhada pela *gender studies*, ou *perspectivas de gênero*, quando se trata de sua aplicação no âmbito governamental internacional, e que pode ser considerada como sendo uma *gender theory* (*teoria de gênero*) (BOTTURI, 2011, p. 25; SZTUTMAN; NASCIMENTO; HERITIER, 2004), não só desenvolvida e empregada no meio acadêmico, mas também fortemente promovida no meio

sociopolítico de todo o mundo, inclusive no Brasil (MERONI, 2014), por meio de uma postura frequentemente ativista, desdobrando-se em decisões em nível de políticas públicas, e, na atualidade, cada vez mais nas políticas de educação e para a família organizadas pelos Estados. Em ambos os meios, busca-se apresentar desenvolvimentos teóricos das áreas de psicologia, filosofia e sociologia, sobretudo das últimas quatro décadas. Segundo Donati,

*A partir dos anos sessenta, os “estudos de gênero” (gender studies) se impuseram pouco a pouco como nova visão da família e da inteira organização social, através de um original “recorte” de pesquisa: ver tudo sob a ótica do gênero, isto é, segundo o modo no qual os indivíduos são percebidos, considerados e tratados precisamente pelo fato de serem homens ou mulheres, em todas as esferas sociais (2001, p. 82, tradução nossa).*

Nesse contexto, são empregadas as categorias de *identidade sexual*, *identidade de gênero*, *orientação sexual*, *transgênero*, entre outras. Tais categorias, que se atrelam ao emprego do termo *gênero* que a ONU vem fazendo, de modo mais incisivo, desde a Conferência de Pequim (1995) em substituição ao vocábulo *sexo* em muitos textos oficiais, vão pouco a pouco sendo inseridas em projetos de lei ou em outras formulações jurídicas e organizacionais e teriam por finalidade, em primeiro lugar, a busca por igualdade de direitos entre homem e mulher – por isso, é o feminismo o terreno de desenvolvimento desse modo de interpretar a realidade - mas, num segundo momento, visam à aceitação e legitimação da diversidade sexual ou de gênero – por isso, concernem também as questões ligadas à homossexualidade. Em 2008, na sua intervenção junto à ONU, o representante da Santa Sé declarou que:

*[...] as categorias “orientação sexual” e “identidade de gênero” usadas no texto, não encontram reconhecimento, nem clara e partilhada definição, no direito internacional. Se elas tivessem que ser tomadas em consideração na proclamação e na tradução prática dos direitos fundamentais, seriam causa de uma grave incerteza jurídica, como também viriam a minar a habilidade dos Estados para aderir e pôr em prática convenções e padrões novos e já existentes sobre os direitos humanos. (SECRETARIA DE ESTADO DA SANTA SÉ, 2008)*

Parece haver certa confusão na utilização dos termos e expressões, muito embora a utilização de tais vocábulos tenha se generalizado na última década. A imprecisão e a ambiguidade referidas sugerem, muitas vezes, uma adoção implícita de determinada ideologia que tende a abolir qualquer ética

em matéria de educação sexual, sobretudo em detrimento da família e em favor dos assim chamados novos direitos, tais como o “direito ao prazer”, os “direitos reprodutivos e sexuais” e, por fim, o “direito ao filho”.<sup>1</sup> Segundo os próprios teóricos dessa abordagem, a terminologia que dela deriva, tem caráter propositalmente instável e multifacetado (BUTLER, 2006). Isso estava flagrante no anteprojeto de reforma do Código Penal brasileiro, com a utilização da expressão *opção sexual* (COMISSÃO DE JURISTAS PARA A ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL, 2011) e na *Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância com o emprego do conceito de expressão de gênero* (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2013).

Quanto a isso, tem grande pertinência a observação de Agacinski (2012, p. 42, tradução nossa):

*Parece-me, todavia, que a significação do gender como representação subjetiva de si é fonte de não poucas ambiguidades. Talvez a noção de gênero, ao invés de resolver, coloque mais problemas, na medida em que esta é utilizada para dar conta ora de um conflito do sujeito com o seu corpo sexuado (transexualidade), ora de um conflito com as normas socialmente opressivas no que diz respeito a certas orientações sexuais (questão das sexualidades não heterossexuais ditas subversivas), ora do questionamento das significações e dos valores culturalmente atribuídos à feminilidade ou à masculinidade. A questão que se coloca diz respeito a um descolamento da crítica da situação concreta das mulheres nas esferas sociais para a ideia de uma representação de si.*

As questões de gênero têm suscitado debates na sociedade brasileira e em vários países do mundo. Nesses debates, há muito envolvimento de fiéis e membros da hierarquia da Igreja. Há inevitavelmente uma polarização do discurso, cujo extremismo não pode ser atribuído somente a um campo ou a outro. Sem cair na postura ingênua de que os posicionamentos antropológicos e sociopolíticos assumidos pelas perspectivas de gênero constituam a panaceia para os problemas da humanidade, não é possível não considerar a contribuição para a busca de mais dignidade para o ser humano que disso resulta. Mas, as perspectivas de gênero são socialmente questionadas e colocadas em face de seus “paradoxos” onde já foram implementadas como parte de um programa de educação,<sup>2</sup> ou lá onde há projetos que caminham

1 Sobre a não existência do “direito ao filho”, veja-se HEINICH, N. L’extention du domaine de l’égalité. Le Débat – Histoire, Politique, Société, Paris, v. 180, n. 3, p. 123-124, 2014.

2 Por exemplo, o caso da Noruega, onde o debate público foi suscitado pela provocação

no sentido de implementá-las.<sup>3</sup> Faz-se necessário notar que uma boa parte da reação venha justamente da família, que, segundo F. Hadjadj, sendo o “primeiro lugar de existência”, é também “lugar de resistência. Resistência à ideologia, ao conformismo, à programação” (HADJADJ, 2014, p. 47). O Papa Francisco declarou haver, em certas ocasiões, uma “colonização ideológica” nas escolas para implantar a chamada “teoria do *gender*” (FRANCISCO, 2015a).

Em contexto acadêmico e muitas vezes nos debates e articulações em torno à elaboração de políticas públicas, as questões de gênero aparentam ser questões “resolvidas”. E isso acaba tendo forte influência no campo das reflexões teológicas sobre o assunto, que, em certos momentos, aparenta ir na mesma direção. Segundo Donati,

*Se no início se podia tratar somente de um ponto de vista “de opinião”, pouco a pouco este modo de reler a família se enriqueceu de pesquisas empíricas e de reflexões teóricas que hoje constituem o corpo autônomo tendo a dignidade de uma abordagem científica em sentido estrito. Deve-se, entretanto, ressaltar que os que são denominados “estudos das mulheres e sobre mulheres” (women studies), com bastante frequência, embora nem sempre, prescindem do discurso sobre família ou o negam abertamente. Tendo por consequência que a análise da família é sistematicamente distorcida (DONATI, 2001, p. 82, tradução nossa).*

O Estado, diante de grandes dilemas políticos na atualidade, tais como os dilemas da abordagem política da família (DONATI, 2011, p. 14) e sua desinstitucionalização assume uma atitude que é um dos grandes sintomas da ética pública moderna, que concerne não somente à família, mas também à educação, isto é, a oscilação “entre a anomia do individualismo e os riscos totalitários das fontes normativas” (DONATI, 2010, p. 78, tradução nossa). Porém, F. Hadjadj afirma que “a vontade de poder é sempre contrariada pela proximidade familiar.” (2014, p. 48, tradução nossa).

---

feita por um comediante que realizou várias entrevistas com especialistas no assunto: <https://www.youtube.com/watch?v=p5LRdW8xw70>

- 3 Veja-se a argumentação da filósofa Chantal Delsol, no jornal Le Figaro de quarta-feira, 11 junho de 2014, a respeito da proposta do governo francês de implantação do chamado ABCD de l'égalité (da igualdade), Disponível em: <http://h.c.i.over-blog.com/article-genre-l-etat-n-a-pas-tous-les-droits-tribune-de-chantal-delsol-123930452.html> Acesso em: 5 mar. 2017. Mais recentemente se pode citar o caso da Itália e os debates no seio da União Europeia.

## 2. *Gender studies* sob um enfoque antropológico e sociológico

*De acordo com T. Anatrella,*

*[...] o inventor do termo “gender” é um psicólogo americano, John Money, que nos anos 50 afirmava que a diferença homem-mulher é devida mais à educação que ao biológico. Acompanha-o em seu pensar o psicanalista Robert Stoller, principal inventor da ideia de separação entre sexo e gênero (1960). (ANATRELLA, 2012, p. 71, tradução nossa).*

Essa perspectiva ganhou o espaço dos estudos sobre a questão feminina, nos quais o termo *gender* (gênero) é usado em oposição a *sex* (sexo), a fim de se distinguir o sexo social do biológico. De acordo com P. Donati, “*gender* não designa o sexo na sua estreita conotação biológica, mas enquanto ao sexo de pertença venha atribuído um complexo cultural, construído socialmente, de identidade, expectativa, normas de conduta apropriada.” (DONATI, 2001, p. 82) Pode-se afirmar que “o dado biológico da sexualidade, de fato, é precisamente esvaziado de significado e é substituído pela construção cultural confiada a um subjetivismo, psíquico e hermenêutico” (BOTTURI, 2011, p. 26, tradução nossa). Portanto, ao se tratar da perspectiva de gênero, não se está referindo à diferença biológica entre homem e mulher, mas ao fato de que, “sobre o dado biológico, a sociedade constrói toda uma série de distinções que são de ordem cultural, e têm profundas conexões com as estruturas sociais e se refletem na psique e nos comportamentos individuais.” (DONATI, 2001, p. 82, tradução nossa). Essa abordagem, deve-se reconhecer, foca positivamente mais o indivíduo a partir da vivência da sua sexualidade, ou da sua *orientação sexual*.<sup>4</sup> De fato, a distinção entre sexo e gênero, segundo F. Botturi,

*[...] é em si preciosa, porque coloca em evidência a dupla valência da sexualidade humana: como para todas as formas e expressões do humano, vale também para a sexualidade a bi-dimensionalidade daquilo que é “dado”, que o homem e a mulher recebem e se descobrem ser, e daquilo que é “elaborado”, que o homem e a mulher interpretam e configuram (BOTTURI, 2013, p. 132-133).*

4 O Papa Francisco, na Exortação apostólica *Amoris Laetitia*, empregou a expressão “orientação sexual”. Aparentemente, é a primeira vez que a expressão é utilizada num documento oficial da Igreja. Situar o uso que dela o Papa faz é importante para não assumir como legitimação de uma categoria para fins de aplicação dos assim chamados “novos direitos”. Ela deve ser colocada em relação com as suas afirmações sobre a diferença sexual tanto na Exortação apostólica *Amoris Laetitia* quanto na Encíclica *Laudato si*.

*Por outro lado, como recorda P. Donati,*

*Introduzir a ótica de gender significa examinar a realidade familiar e social sob o aspecto de como vêm relacionados entre si a diferença biológica e a identidade sociocultural. [...] Frequentemente, na literatura sociológica, predominam pressupostos racionalísticos e construtivistas, como se as relações entre sex e gender fossem variáveis ao bel prazer, ou seja, como se fossem uma pura construção social (DONATI, 2001, 82, tradução nossa).*

Como demonstrado por vários autores<sup>5</sup> e verificado nos trabalhos dos teóricos do gênero,<sup>6</sup> a gênese dos seus estudos tem sua história influenciada e embasada por reflexões no campo da filosofia, da sociologia, da psicologia e em outras áreas das ciências humanas e sociais. A premissa de Simone de Beauvoir (1970) - fortemente marcada pelo existencialismo ateu de J. Sartre - segundo a qual não se nasce mulher, mas torna-se mulher, sendo reinterpretada, reduz, segundo F. Botturi, “ao neutro a sexualidade biológica” e atribui “todo o significado à sexualidade psicocultural, qual objeto de escolha e de reprojecção subjetiva, não necessariamente conforme a orientação do sexo biológico” (BOTTURI, 2013, p. 134). Isso é, na teoria e na prática, colocado em articulação com a ideia de que a primeira luta de classes se encontra na relação entre homem e mulher, segundo as teorias de Engels, e abarcada numa perspectiva do pensamento hiper crítico de M. Foucault e desconstrucionista de J. Derrida. A subversão da reflexão por meio de constantes relativizações da definição das coisas ou das normas encontra como que sua síntese nas reflexões do pensamento feminista radical. Afirma F. Botturi, que

*[...] no âmbito do feminismo, o qual coloca sempre o problema da relação entre os sexos e questiona papéis historicamente adquiridos e “naturalizados”, a releitura da condição da mulher aconteceu em grande parte sob o emblema de uma subversão total da relação entre dimensão natural (aqui no sentido de “dada”) e dimensão cultural (“elaborada”)*

5 Por exemplo: G. KUBY, *Die globale sexuelle Revolution. Zerstörung der Freiheit im Namen der Freiheit*, Aufag 5, fe-Medienverlags GmbH, Kißlegg 2014; M. PEETERS, *Le gender, une norme mondiale? Pour un discernement*, Mame, Paris 2013; G. GALEOTTI, *Gender. Genere*, Viverein, Roma 2010; R. CONNELL - R. PEARSE, *Gender in world perspective*, Polity, Cambridge 2015.

6 Veja-se sobretudo J. BUTLER, *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*, Routledge, New York 2006; ID., *Undoing Gender*, Routledge, New York 2004; S. FIRESTONE, *The Dialectic of Sex*, Bantam Books, New York 1970.

*da sexualidade, como documentam os autores como Butler” (BOTTURI, 2013, p. 133).*

À insistência sobre o tema do poder e dos direitos individuais, em particular os da mulher – e mais recentemente os das pessoas homossexuais – subjazem noções um tanto quanto discutíveis das categorias de sexualidade, liberdade, autonomia, amor, afeto, direito, pessoa e família, entre outros, com implicações diretas no atual Direito de Família, exigindo que a história dos conceitos seja revisitada (BOYONCÉ, 2012). Ademais, a relação entre natureza e cultura nisso está seriamente implicada, de modo que a natureza é relegada ao esquecimento. Embora J. Butler afirme que, colocando uma ênfase inicial sobre a desnaturalização da visão sobre o corpo e suas possibilidades de manifestação, não tenha tido a intenção de se contrapor à natureza, mas sim contestar o apelo a esta como meio de estabelecimento de limites para a vida sexuada, fato é que os estudos sobre a natureza do ser humano são, em vários meios acadêmicos, encarados com certa suspeita (MERONI, 2015). Segundo F. Botturi, as grandes questões assuntas hoje em relação ao vivido da sexualidade e do corpo não deveriam ser colocadas diante da escolha ou da contraposição entre

*dado e interpretado, entre estrutura biológica e ordem simbólica, entre natureza e cultura, já que o “natural” humano do qual há sentido se falar não é o dado físico, mas sim o princípio do inteiro processo com o qual o corpo é vivido, que compreende seu caráter de dado como sempre permeado do logos que o vive e o interpreta (BOTTURI, 2011, p. 26, tradução nossa).*

O *a priori* negativo que coloca sob suspeita a referência à natureza humana não contribui com os aprofundamentos que se deseja realizar em âmbito antropológico e social no que tange à pessoa e à família. De acordo com P. Thibaut:

*Se é verdade que a natureza não funda nenhuma legitimidade social, que a família não é natural, “animal”, é também verdade que essa instituição só existe em função da natureza, que ela não a ignora, mas que ela a interpreta e lhe dá forma. A humanidade não cria nada ex nihilo, ela só pode partir de um dado. Isso permite “inventar novas formas de família”? Certamente, e não será a primeira vez! Mas quais? [...] Essa intenção não tem um conteúdo positivo, não é uma nova interpretação*

(a ser definida) do dado natural, ela se situa fora da natureza, como um passo no vazio (2014, p. 158, tradução nossa).

Acentuar o papel da cultura no processo de identificação dos sujeitos é relevante, mas disso surgem numerosas interrogações epistemológicas em relação aos estudos de gênero, “nos quais se reduzira o psicológico ao social, o filosófico a interpretações socializantes, o corpo e o sexo seja ao biológico seja ao essencialismo, e as realidades ontológicas da pessoa às características psíquicas da pessoa” (ANATRELLA, 2012, p. 83, tradução nossa). F. Botturi recorda que M Wittig (1981) se insurge com força ao afirmar que “[...] somos constrangidos no nosso corpo e na nossa mente, a corresponder, frequentemente, à ideia da natureza que foi fundada por nós [...]. ‘Homens’ e ‘Mulheres’ são categorias políticas, não fatos naturais.” (BOTTURI, 2011, p. 134, tradução nossa).<sup>7</sup> Propõe-se, assim, a desconstrução da *heteronormatividade*, do *sexismo*, do *fixismo*, do *essencialismo*. Tal postura visa não somente à legitimação das relações homossexuais, mas também de todo tipo de *orientação sexual* assumida “livremente” pelo sujeito, na qual o afeto, entendido como sendo amor (FORNASIER, 2016), é expresso de diversos modos de viver a sexualidade, dando origem às categorias diversas de arranjos socioafetivos, nos quais se expressam – nunca de forma definitiva – as diversas *identidades de gênero*. Por conseguinte, o processo de desconstrução vai desde a desconstrução da maternidade, da família até a desconstrução da linguagem (BONNEWIJN, 2012).

Trata-se de um processo que reduz o dado natural ao cultural e deste ao dado *político*, no qual a essência da natureza perde sua constituição própria para ser vista somente como matéria-prima da cultura; a essência da cultura, por sua vez, passa a ser construída através do exercício do poder. Paradoxalmente, promove-se a subversão do poder vigente, mas, ao mesmo tempo, se cria *um segundo poder*. Se há nisso uma aguda sensibilidade sobre a identidade do corpo sexuado, enquanto mediada por relações, o problema do poder acaba sendo uma obsessão que subtrai a identidade sexual ao vínculo e, por conseguinte, à dialética construtiva entre identidade e diferença (BOTTURI, 2013).

7 Para um aprofundamento da visão de natureza no âmbito dos estudiosos do gênero, veja-se P. GOMARASCA, “L’idea di natura nei ‘Gender studies’”. In: F. BOTTURI; R. MORDACCI (Orgs.), *Natura in etica*. Annuario di Etica n. 6. Milano: Vita e Pensiero, 2009, p. 75-190.

### 3. Estereótipos e abordagem feminista da família

A ênfase dada aos estudos de gênero no âmbito acadêmico e a elaboração de políticas públicas que vão nesse sentido se deve à necessária reflexão sobre o papel da mulher e seus direitos na sociedade contemporânea. Não se pode negar que tais elaborações contribuíram para o avançar em direção dessa meta. Segundo P. Donati,

*As instâncias das quais os “estudos de gênero” têm tomado os impulsos foram, e ainda o são plenamente justificadas. Esses estudos têm justamente censurado a leitura mancada da família, e de todas as relações sociais, do ponto de vista da mulher, enquanto diferente daquele do homem. De fato, os gender studies foram desenvolvidos para sublinhar as injustiças sociais das quais sofrem as mulheres. (DONATI, 2001, p. 83, tradução nossa).*

Essas considerações apontam para a necessidade de aprofundamentos sobre a relação que existe entre a reflexão sobre a mulher na sociedade contemporânea e a adequação antropológica das teorias que fomentam tal reflexão, ou que dela decorrem, e que são depois traduzidas em propostas políticas e também econômicas, nacionais e internacionais. A partir de uma ressignificação da abordagem do relacionamento homem-mulher, e, portanto, da própria família, está em jogo toda a concepção de ser humano que se pretende defender ou desconstruir e, por conseguinte, da família.

Neste contexto, está presente o tema dos estereótipos criados no âmbito do domínio de uma classe sobre outra, em particular da classe masculina sobre a feminina, ou gerados espontaneamente por influência de modos de compreensão da pessoa e do cosmos (HÉRITIER, 2010). O estereótipo, segundo uma definição comumente assumida, é “uma crença socialmente partilhada, articulada num conjunto de características atribuídas a uma categoria de pessoas e formulada segundo critérios não científicos” (BOILEAU, 1987, p. 2065), mas sobre o qual não há consenso no que tange à sua correspondência ou não com a realidade. Um estereótipo nunca pode ser formulado a partir do nada, ou seja, sempre surge da leitura de um ou mais sujeitos diante do fenômeno da realidade. Isso significa dizer que ele pode ser uma mescla de elementos falsos e/ou verdadeiros, segundo a própria natureza da coisa a que se refere. De fato, a cultura não é um bloco monolítico, pré-fabricado, a ser simploriamente assumido e transmitido. O homem, como legítimo artífice da cultura se esforça para fazer com que a

esta cultura progrida em vista do desenvolvimento da própria pessoa humana (CONCÍLIO VATICANO II, 2002).

Há, portanto, uma necessária superação de alguns estereótipos, a fim de se aproximar, o quanto for possível, do fenômeno que se tenta apreender. Contudo, “não se pode deixar de observar que no campo mais especificamente familiar, uma ampla e difundida tradição social e cultural tenha pretendido confiar à mulher só a tarefa de esposa e mãe, sem a estender adequadamente às funções públicas, em geral, reservadas ao homem.” (JOÃO PAULO II, 1999, p. 43). É legítimo, por isso, uma abordagem feminista da família, na qual se insira a avaliação sobre os *gender studies*. Uma abordagem dentre outras (DONATI, 2001), mas necessária devido à existência de carências na elaboração da sociologia da família por autores clássicos e nas abordagens tradicionais, que não consideraram adequadamente “a distinção masculino/feminino na análise das estruturas, funções, modalidades de organização e dinâmica da vida familiar” (DONATI, 2001, p. 81, tradução nossa). Ainda segundo P. Donati

*Uma abordagem feminista sobre a família é plenamente justificada porquanto mostra que as percepções, os vividos, as orientações, as expectativas, os valores, os papéis, as normas sociais, as relações são vividos e realizados em família diversamente pelos indivíduos pelo fato de pertencerem a um gênero sexuado ou ao outro. A família, socialmente, é diferente para o homem e para a mulher; enquanto requer imagens e comporta experiências diferentes pelo fato de ser masculinos ou femininos, e enquanto estas imagens e experiências se refletem nas possibilidades de vida e em todos os modos de ser social, em família e fora dessa (DONATI, 2001, p. 82-83, tradução nossa).*

#### 4. Perspectivas de gênero: seus paradoxos e suas possibilidades

Faz-se necessário salientar, como resultado paradoxal das abordagens de gênero, a crescente solidão da mulher, em face também daquela do homem. Embora a mulher tenha sido colocada ao centro da cena, em particular da família, no que concerne à sua responsabilidade, isso não tem sido feito com o intuito de criar *bens relacionais* - segundo a ideia de M. Nussbaum reassumida por P. Donati - no âmbito de novas relações familiares e sociais entre mulheres e homens, mas, ao contrário, aumenta-se a reivindicação feminista, na qual o homem é apresentado segundo uma imagem “que oscila entre a potência, o abuso, a prevaricação e aquela de ser sempre mais crítico, sempre mais frágil, incerto sobre as suas capacidades, e que, sobretudo, tem sempre mais necessidade da mulher para existir” (DONATI, 2001, p. 84, tradução nossa).

Por outro lado, recorda-se também a já sinalizada instabilidade conceitual segundo o modo de interpretação da linguagem, abrindo, assim, um vasto campo de indeterminação no que diz respeito à identidade e à diferença masculina e feminina, confundindo, conseqüentemente, a sua igualdade e a sua diversidade. Isso revela a falta de uma verdadeira teoria do homem e da mulher como relações, ou como identidade relacional (DONATI, 2001). Afirma o autor que:

*Em tudo isso se revela uma contradição de fundo à qual a abordagem feminista, quando radicalizada, conduz: à contradição entre, de um lado, a exigir uma (forma de) igualdade entre homens e mulheres que produz a perda da sua específica identidade e, de outro, à sublinhar uma diferença (a de gênero) que leva a legitimar novas desigualdades não somente entre homens e mulheres, mas também no interior do próprio mundo feminino (DONATI, 2001, p. 85, tradução nossa).*

Sobre a diferença e a relação entre homem e mulher, é pertinente a observação do Papa Francisco, segundo a qual

*A cultura moderna e contemporânea abriu novos espaços, outras liberdades e renovadas profundidades para o enriquecimento da compreensão dessa diferença. Mas introduziu inclusive muitas dúvidas e um grande cepticismo (sic). Por exemplo, pergunto-me se a chamada teoria do gender não é também expressão de uma frustração e resignação, que visa cancelar a diferença sexual porque já não sabe confrontar-se com ela. Com efeito, a remoção da diferença é o problema, não a solução (FRANCISCO, 2015b).*

Cabe ressaltar a afirmação de Francisco “cancelar a diferença sexual”, pois ela a retoma na Encíclica *Laudato si* (2015c, n. 155), refletindo sobre a assim chamada “ecologia humana”:

*A ecologia humana implica também algo de muito profundo que é indispensável para se poder criar um ambiente mais dignificante: a relação necessária da vida do ser humano com a lei moral inscrita na sua própria natureza. Bento XIV dizia que existe uma “ecologia do homem”, porque “também o homem possui uma natureza, que deve respeitar e não pode manipular como lhe apetece”. Nesta linha, é preciso reconhecer que o nosso corpo nos põe em relação direta com o meio ambiente e com os outros seres vivos. A aceitação do próprio corpo como dom de Deus é necessária para acolher e aceitar o mundo inteiro como dom do Pai e casa comum; pelo contrário, uma lógica de domínio sobre o próprio*

*corpo transforma-se numa lógica, por vezes subtil, de domínio sobre a criação. Aprender a aceitar o próprio corpo, a cuidar dele e a respeitar os seus significados é essencial para uma verdadeira ecologia humana. Também é necessário ter apreço pelo próprio corpo na sua feminilidade ou masculinidade, para se poder reconhecer a si mesmo no encontro com o outro que é diferente. Assim, é possível aceitar com alegria o dom específico do outro ou da outra, obra de Deus criador, e enriquecer-se mutuamente. Portanto, não é salutar um comportamento que pretenda “cancelar a diferença sexual, porque já não sabe confrontar-se com ela”.*

*E, ainda, na Amoris laetitia (2016, n. 285), ele a retoma mais uma vez:*

*perdendo o medo à diferença é que uma pessoa pode chegar a libertar-se da imanência do próprio ser e do êxtase por si mesmo. A educação sexual deve ajudar a aceitar o próprio corpo, de modo que a pessoa não pretenda “cancelar a diferença sexual, porque já não sabe confrontar-se com ela”.*

Os pesquisadores – incluindo os da área da Teologia, em especial da Antropologia e da Pastoral - agentes sociais e políticos, bem como a opinião pública, têm o compito de debater as razões que parecem levar a teoria do gênero, como ideologia em seus extremos (cujo expoente é a teoria *queer*), a não abordar mais o tema da *diferença sexual* nas dimensões biológicas, psíquicas e também espirituais. Nesse sentido, cabe questionar a fundamentação teórica que está na base de tais reflexões, que parecem estar a serviço não tanto da dignidade da pessoa, mas de um projeto de hegemonia política que, por outro lado, se tenta dismantelar. Não estariam também envolvidos aí interesses econômicos escusos? A indiferenciação sexual e familiar não seria algo benéfico para a atual cultura do consumo? P. Donati afirma que a primeira das “três grandes forças históricas” que tornam irrelevante a diferença sexual é o mercado.

*[...] que tende a pôr uma equivalência entre os sexos em função dos seus objetivos. Para o mercado, ao menos o tipicamente capitalista, o trabalho não tem gender; ou, se o tem, o tem em função da maximização do lucro que discrimina a mulher. Em todo caso, também quando o mercado considera a diferença de gender, o faz segundo critérios produtivistas e consumistas (DONATI, 2013, p. 114, tradução nossa).*

A outra questão que as perspectivas de gênero suscitam está ligada à vivência da sexualidade, atrelada à concepção libertária de liberdade e

autonomia. Segundo as perspectivas de gênero, a liberdade e a autonomia do sujeito são acentuadas para *decidir* sobre sua orientação sexual, na busca do direito ao prazer, ao passo que, ao mesmo tempo e paradoxalmente, se dão orientações bem precisas sobre como os sujeitos devem se comportar diante de temas como família, sexualidade e reprodução. Isso está bem presente na educação sexual nas escolas, quando, por exemplo, a linguagem é bastante higienista (sanitarista) e contraceptiva, excluindo a possibilidade de os jovens enfrentarem a possibilidade de um dia se tornarem pais e mães, pela acolhida do dom dos filhos e constituírem uma família na comunhão de pessoas. Ademais, aqui surge também uma outra questão que diz respeito à orientação sexual de pessoas homossexuais, bissexuais, transgêneros, transexuais e travestis. Sem adentrar com mais propriedade no assunto, é pertinente chamar a atenção para o fato de que a ideia que se tem de orientação sexual é culturalista e, portanto, dependente mais das decisões livres dos sujeitos do que de fatores biológicos ou naturais determinantes. Ora, aqui aparece o grande paradoxo revelado com frequência no discurso daqueles e daquelas que vivem tais orientações: não se trata de escolha, mas, em muitos casos, de um grande sofrimento. Por isso mesmo, a expressão “opção sexual” não é mais empregada (MODESTO, 2014).

Por fim, se certas expressões suscitam dificuldades de interpretação e aplicação com as variações da compreensão do que se pretende com a utilização da linguagem em campo sociopolítico, certamente que seria imponderado querer “banir” por completo o emprego do vocábulo *gênero* e não considerar as pertinentes contribuições oriundas das perspectivas de gênero. Segundo J. Burggraf (2007, p. 461), o conceito gênero “é apropriado para descrever os aspectos culturais que giram ao redor da construção dos papéis do homem e da mulher no contexto social”, na medida em que for pensando em relação com a noção de sexo, para que tanto a reflexão teológica – antropológica e pastoral - quanto a das ciências humanas e sociais repense essa relação e seus significados (FUMAGALI, 2015) e seus desdobramentos nas relações familiares, na educação e na vida em sociedade (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2019).

## Considerações finais

Conforme P. Donati, “chegou talvez o momento de dar ao conceito de *gender* um perfil mais correto, colocando ao mesmo tempo em evidência a sua positividade e também os equívocos de que sofre.” (DONATI, 2001, p. 84, tradução nossa). A compreensão do autor sobre o fator de gênero é aquela que o vê como dimensão interpessoal e generalizada, que deve encontrar sua identidade, como elemento relacional da vida social, a partir da família. “O

*gender* se torna relevante na família, com a família e para a família, sobretudo enquanto se traduz num papel esponsal ou generativo (materno ou paterno), ao longo do ciclo de vida.” (DONATI, 2013, p. 117, tradução nossa). Essa perspectiva sociológica encontra fundamento antropológico nas teses de F. Botturi, que propõe assumir seriamente o valor da identidade relacional de modo que a identidade e a diferença se deem sempre em relação, num horizonte do primado da própria relação. Sem isso, as perspectivas de gênero não conseguem integrar a inevitável dialética da identidade e da diferença, fazendo com que a superação da lógica tautológica da identidade não consista na ruína do primado da diferença, mas, ao contrário, “num renovado pensamento da identidade relacional ou da diferença identitária, isto é, da insuperável relação de identidade e diferença.” (BOTTURI, 2011, p. 26, tradução nossa).

Esses importantes aprofundamentos oriundos do campo das ciências humanas e sociais contribuem na atualidade para uma necessária transdisciplinaridade da Teologia, notadamente em se tratando das relações familiares e de sua abordagem antropológico-pastoral.

## Referências

- AGACINSKI, S. *Femmes entre sexe et genre*. Paris: La Librairie Du XXI<sup>o</sup> Siècle – Éditions Du Seuil, 2012.
- ANATRELLA, T. Le concept de gender du point de vue anthropologique. Origines et enjeux des théories du gender. In: BONNEWIJN, O. (Org.) *Gender, qui est-tu?* Collection IUPF. Paris: Editions de l’Emmanuel, 2012, p. 67-96.
- BOILEAU, A. M. Steriotipo. In: DEMARCHI, F.; ELENA, A. G.; CATTARINUSI, B. *Nuovo Dizionario di Sociologia*. Torino: San Paolo, 1987.
- BONNEWIJN, O. Gender, qui es-tu? In : BONNEWIJN, O. (Org.) *Gender, qui es-tu?* Collection IUPG, Paris : Editions de l’Emmanuel, 2012, p. 163-230.
- BURGGRAF, J. Gênero (“Gender”). In: PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. *Lexicon*. Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas. Brasília: Edições CNBB, 2007.
- BUTLER, J. *Gender Trouble, Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 2006.
- BOTTURI, F. Família na filosofia contemporânea: o debate natureza e cultura. In: ALCÂNTARA, M. A. R. et al. (Orgs.) *Família, natureza e cultura*. Salvador: EDUFBA, 2013, p. 127-149.
- BOTTURI, F. La generazione e il binomio natura humana-famiglia. In: MELINA, L. (Org.). *Il criterio della natura e il futuro della famiglia*, Cantagalli, Siena 2011, p. 13-29.

BOYANCE, M. Le concept de genre: quels enjeux pour l'anthropologie fondamentale? In: BONNEWIJN, O. (Org.) *Gender, qui es-tu?* Collection IUPG, Paris: Editions de l'Emmanuel, 2012, p. 13-48.

COMISSÃO DE JURISTAS PARA A ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL. *Relatório final*, 60, 64, 108, 180, 182, 284, 289, 349, 441, 446, Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDE.asp?t=110444&tp=1>> Acesso em: 17 mai. 22.

CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Dogmática *Gaudium et spes*, (7.12.65), In: *Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje*. São Paulo: Paulinas, 200212.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. “*Homem e mulher os criou*”: Para uma via de diálogo sobre a questão do *gender* na educação. Cidade do vaticano, 2019. Disponível em: <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc\\_con\\_ccatheduc\\_doc\\_20190202\\_maschio-e-femmina\\_po.pdf](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20190202_maschio-e-femmina_po.pdf)> Acesso em: 06 jun. 2021.

DONATI, P. *La famiglia, il genoma che fa vivere la società*. Soveria Manelli: Rubbetino, 2013.

DONATI, P. *La matrice teologica della società*. Soveria Manelli: Rubbetino, 2010, p. 78

DONATI, P. *La politica della famiglia. Per un welfare relazionale e sussidiario*. Amore Umano 12, Siena: Cantagalli, 2011.

DONATI, P. *Manuale di sociologia della famiglia*. Roma: Laterza, 2001.

FRANCISCO. *Audiência Geral*, Roma, 15 de abril de 2015b, Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2015/documents/papa-francesco\\_20150415\\_udienza-generale.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2015/documents/papa-francesco_20150415_udienza-generale.html)> Acesso em: 09 mai. 2022.

FRANCISCO. *Carta Encíclica “Laudato Si’ - Louvado sejas”*: Carta Encíclica do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus, 2015c.

FRANCISCO. *Conferência de imprensa no vôo de Manilla a Roma*, 19 de janeiro de 2015a. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/january/documents/papa-francesco\\_20150119\\_srilanka-filippine-conferenza-stampa.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/january/documents/papa-francesco_20150119_srilanka-filippine-conferenza-stampa.html)> Acesso em: 15 jun. 2022.

FRANCISCO. *Exortação apostólica pós-sinodal Amoris Laetitia*: sobre o amor na família. São Paulo: Paulus, 2016.

FORNASIER, R. C. Amor e vínculo conjugal. In: MOREIRA, L. V. C. (Org.). *Relações familiares*. Curitiba: CRV, 2016, p. 89-109.

FUMAGALLI, A. *La questione gender*: Una sfida antropologica. Brescia: Queriniana, 2015.

JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica *Familiaris consortio*, (22.11.81), São Paulo: São Paulo, 199913.

HADJADJ, F. *Qu'est-ce qu'une famille*: Suivi de la transcendance en culottes. Paris: Salvator, 2014.

HÉRITIER, F. *Maschile e femminile*: Il pensiero della differenza. Roma-Bari: Editori Laterza, 2010.

MERONI, F. *Differenza sessuale e ideologia del gender*. *La rivista accademica brasiliana Estudos Feministas e la sponsalità antropologica*. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Lateranense, Roma, 2014.

MERONI, F. *Il mistero nuziale e le sfide del gender*. Uomo e donna: è ancora possibile?. Milano: Cantagalli, 2015.

MODESTO, E. Religiosidade e homossexualidade: como conciliar? *Vida Pastoral*, Julho/agosto 2014. Disponível em: <<http://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/religiosidade-e-homossexualidade-como-conciliar/>> Acesso em: 12/06/17.

MOSER, A. Apenas uma questão de gênero? *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 76, n. 301, p. 45-74, jan./mar., 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância*, Guatemala, 2013 Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/convencao-interamericana-contra-toda-forma-de-discriminacao-e-intolerancia/>> Acesso em: 20/04/17.

SZTUTMAN, R.; NASCIMENTO, S.; HERITIER, F. Antropologia De Corpos e Sexos: Entrevista Com Françoise Héritier.” *Revista De Antropologia*, v. 47, n. 1, jan.-jun. 2004, pp. 235–266. JSTOR, [www.jstor.org/stable/41616420](http://www.jstor.org/stable/41616420). Accessed 12 July 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA SANTA SÉ, *63ª Sessão da Assembléia geral da ONU*, Intervenção do representante da Santa Sé, quinta-feira 18 de dezembro de 2008, Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state/2008/documents/rc\\_seg-st\\_20081218\\_statement-sexual-orientation\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/2008/documents/rc_seg-st_20081218_statement-sexual-orientation_po.html). Acesso em 21/11/2013> Acesso em: 12/02/17.

THIBAUD, P. La polémique autour du mariage pour tous. *Le Débat – Histoire, Politique, Société*, v. 180, n. 3, p.154-168, 2014.

### Como citar:

FORNASIER, Rafael Cerqueira. Teologia e relações familiares na contemporaneidade: uma abordagem Antropológica-Pastoral. Coletânea. Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 303-320 jul./dez.2023.